V ENCONTRO NORDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA
30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ
Recife-Pernambuco-2018

Movimento Negro No Jornalismo Independente e o Coletivo "Alma Preta" [1]

Marília Gabriela Silva RÊGO[2]
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar o movimento jornalístico negro na história da imprensa brasileira através do resgate das principais iniciativas surgidas nos períodos do Império, Ditadura e República. Também se busca, a partir do coletivo independente "Alma Preta", identificar o seu esforço, assim como ocorreu na origem dos jornais negros, pela afirmação do negro como cidadão, pelo combate a violência física e moral e pela preservação de seus direitos nos dias atuais.

Palavras-chave: História; Imprensa; Negros; Alma Preta.

Resistência Negra No Passado, Presente e Futuro

Há muito tempo uma imprensa negra emergia no país. A necessidade de se combater a discriminação racial e defender os direitos humanos da população afrodescendente moveu negros, jornalistas, literários e simpatizantes a criarem jornais dedicados a esta temática. No Brasil, ainda colônia, os negros foram trazidos para o trabalho escravo e permaneceram nesta condição durante mais de 350 anos, sendo abolida somente em 1888. Após a liberdade, "a população negra, mesmo livre, continuou com sua condição social análoga à preexistente" (FERNANDES, 2007). Dessa forma, os negros ainda enfrentam preconceitos e dificuldades dados pelos estigmas seculares da escravidão. Podem ser citados como exemplo desta situação as taxas de baixa escolarização, de precariedade e má condição de vida (falta de acesso à água, iluminação, coleta de lixo), mais altos na população negra em comparação com a branca.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010), 52,7% dos brasileiros são negros ou pardos, assim, nossa formação histórica e social é constituída em

[1] Trabalho apresentado no GT 8 - História da Mídia Alternativa do 5º Encontro Nordeste de História da Mídia.

[2] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFPE), e-mail: marilia_gabriela00@hotmail.com

sua maioria pela população negra e de mestiços. Porém, na organização da sociedade atual, a concentração de riquezas e poder é monopolizada pelos brancos. Apesar disso, já algumas políticas públicas são pensadas para os negros, como as cotas raciais, além do reconhecimento do racismo como crime inafiançável. Esses ganhos representam um avanço, mas a problemática é que não há uma igualdade racial no Brasil, mas sim um padrão de tolerância para o decoro social (FERNANDES, 1995)

Nas análises de VAN DIJK (1997) sobre a ocorrência de discriminação na imprensa europeia, o autor descreve que a imagem dos povos que fazem parte de alguma minoria étnica é estereotipada, quase sempre associada a problemas e conflitos. Tendenciosamente, os temas mais frequentes são a violência, a delinquência e diferenças culturais representadas de forma negativa. Temas mais relevantes como o bem-estar social destes povos, cultura e artes são desprezados nos grandes meios de comunicação (VAN DIJK, 1997). O autor destaca também que as legislações atuais impendem uma manifestação de racismo explícito, mas os veículos utilizam a estratégia de apresentar negativamente o outro e fazer de si próprio uma imagem positiva.

Seguindo essa mesma lógica, o que se tem percebido é que ainda as questões raciais no Brasil são representadas nos meios de comunicação de forma estereotipada (DIOGO, 2004). Os negros precisaram criar movimentos de resistência durante a história do país para se auto afirmarem e conquistarem um espaço de luta por seus direitos. Ainda na condição de escravidão, já começava a surgir uma expressiva iniciativa a favor da abolição e protagonização do povo negro. Neste primeiro momento, a imprensa negra se constituía através da cooperação entre o povo negro. Em uma sociedade excludente, sem políticas públicas de inclusão, a resistência era baseada no auxílio entre os negros nas denúncias e manifestações.

Ao longo dos tempos um número expressivo de jornais surgiu para denunciar e defender a causa negra. O grande destaque foi no período de Ditadura Militar (1964-1985) quando houve uma ‘explosão’ no jornalismo independente com inúmeros escritos de diferentes movimentos sociais em todas as cidades do Brasil, do interior à capital. Passado o Regime Militar, no século XXI, o movimento negro luta mais fortemente pela afirmação da identidade negra. Ainda são frequentes as denúncias de racismo, mas o objetivo da imprensa contemporânea é reforçar sua identidade, cultura e desejos. Com o advento da internet na década de 90, esta mobilização para o ambiente virtual ampliou ainda mais a

divulgação dos escritos e coletivos especializados nesta temática. É uma imprensa negra pelos direitos sociais, liderada por jovens, com repertórios ainda mais vastos. Um movimento de essência independente, sem apoio ou financiamentos de empresas de comunicação.

Constituindo uma frente de resistência negra, iniciativas independentes de jornalismo estão se especializando na temática. Como exemplo deste esforço, tem-se o coletivo "Alma Preta", projeto de destaque neste artigo. Este é um coletivo em constante crescimento, nascido a partir da movimentação dos estudantes da Universidade Estadual Paulista (Unesp). O Alma integra a lista do "Mapa de Jornalismo Independente" da Agência Pública[3] e em dois anos de criação já possui uma audiência expressiva de 149.568 visitantes únicos registrada no ano de 2017 e mais de 186 mil visualizações de suas páginas (ALMA PRETA, 2017). Antes de dar o devido destaque ao coletivo, é preciso perceber como se constituiu a história do movimento negro no jornalismo independente.

As Primeiras Iniciativas do Jornalismo Negro No Brasil: Uma Imprensa Pela Abolição

O Brasil viveu o nascimento da imprensa de forma tardia. No período de Colônia (1530-1822), as atividades de livre pensamento e escritos impressos eram proibidos. O Brasil era impedido pela Coroa Portuguesa de produzir qualquer impresso. Porém, isto não impediu a circulação de textos através de panfletos, manifestações literárias e também pela divulgação verbal. Com a chegada de Dom João VI em 1808, o Brasil começou a receber investimentos e junto com o Rei, veio a prensa tipográfica que possibilitou a impressão de materiais na Colônia.

Um pouco antes, já se concebia "Correio Brasiliense" (1808), jornal editado em Londres e publicado por Hipólito José da Costa. O Correio atuava na linha de oposição, criticando a coroa portuguesa, defendendo a imigração e a criação de Universidades, além de ideais abolicionistas e republicanas. O primeiro jornal oficialmente impresso no Brasil, porém, foi "A Gazeta do Rio de Janeiro" (1808) que tratava essencialmente da vida administrativa e da movimentação social do Reino.

Anos depois foram surgindo cada vez mais jornais de caráter independente com críticas ao governo e a sociedade da época. O ano da Independência, por exemplo, segundo Muniz Sodré (1999), foi um momento da história brasileira onde apareceram inúmeros

[3] A Agência Pública é um coletivo de jornalismo independente que no ano de 2016 se dedicou a mapear todo o cenário de mídias independentes no Brasil.

periódicos, que manifestavam a tensão política. Junto com as revoltas, chegavam as denúncias através de jornais. A imprensa muitas vezes auxiliou os movimentos emancipatórios.

Em uma sociedade que ainda vivia a escravidão, em 1798 já se consegue perceber uma organização escrita e de tom informativo realizada pelo público negro para a Conjuração Baiana ou Revolução dos Alfaiates (também sendo chamada de Revolta dos Búzios), em Salvador-BA. Foi um movimento popular bastante influenciado pelas ideias iluministas advindos da revolução Francesa e que defendia a independência e o fim da escravidão. Na sua organização foram espalhados panfletos em diferentes pontos da cidade como uma espécie de jornal mural (PINTO, 2006). Interessante observar que, neste momento uma grande parcela da população não sabia ler, mas o objetivo era que estes escritos alcançassem a toda população através da repercussão verbal, também propagado nos discursos de suas lideranças (Cipriano Barata foi um deles). Em registro na obra de Afonso Ruy (1978), um desses panfletos dizia: "Animai-vos Povo baiense que está para chegar o tempo feliz da nossa Liberdade: o tempo em que todos seremos irmãos: o tempo em que todos seremos iguais" (RUY, 1978, p.68).

O abolicionismo foi a grande causa do jornalismo que surgia, feito por negros, para negros e com os objetivos da população negra. Começava de forma cada vez mais expressiva a manifestação dos movimentos pela libertação dos escravos e grande parte destas mobilizações utilizavam a imprensa para divulgar a campanha. Durante o período Regencial (1831-1840), no Rio de Janeiro, surge o primeiro jornal de temática negra "O Homem de Côr" (1833) chamado também de "O Mulato" a partir de seu terceiro número, escrito pelo tipógrafo Paula Brito. No mesmo ano surgiram outros jornais que formam a história da gênese da imprensa negra. Circularam o "Brasileiro Pardo", "O Cabrito", "O Crioulinho" e "O Lafuente", todos no Rio de Janeiro, capital do Brasil durante este período. Os títulos de Cabrito e Crioulinho faziam referência aos termos pejorativos que eram utilizados para denominar a pessoa negra naquela época (PINTO, 2006).

Nesta época surge também os jornais abolicionistas idealizados por intelectuais. A exemplo, o escritor Castro Alves esteve atuante na imprensa da Academia com seus poemas, o mais famoso deles "Navio Negreiro", texto que fala sobre o tráfico de escravos entre África e Brasil. José do Patrocínio foi outro escritor que se dedicou a libertação dos escravos divulgando seus ideais em artigos veiculados pela gazeta de Notícias (1877),

Gazeta da Tarde (1881) e Cidade do Rio (1887). Também foi uma figura presente, Machado de Assis, bastante ligado ao jornalismo literário.

Outro periódico bastante significativo no Rio de janeiro foi **"**A Revista Illustrada**"** (1876-1898) de causa pró-republicana e abolicionista, trouxe como capa em 13 de maio de 1888 a comemoração da libertação dos escravos pela Lei Áurea. Em São Paulo, destacam-se a "Pátria – orgam dos homens de cor" (1889), e o "Progresso – orgam dos homens de cor" (1899) e "Exemplo", em Porto Alegre-RS.

Em 1883, circulava na capital pernambucana pela primeira vez o "Abolicionista – Órgão da Caixa Emancipadora Maranhense Marques Rodrigues". O jornal foi escrito por maranhenses que estudavam em Pernambuco e criticava a falta de iniciativa do Governo da Província do Maranhão a respeito da abolição. Também em Recife, em 1896, surgia "O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social", defensor de uma Constituição para todos os brasileiros e não somente para brancos. Possuía duas seções principais: "Homens de cor vítimas da política conservadora nesta província", para as denúncias e "Galeria dos homens de cor ilustres", trazendo a voz de personalidades negras. Sobreviveu em seus 12 números e deixou de circular em março de 1976.

Pernambuco registrou ainda outras iniciativas significativas no mesmo ano da abolição, muitas de vida efêmera, mas que contribuíram para os debates da época de forma expressiva. Podem-se citar: "O Artista" (1888-1891), "O Recife – Semanário Abolicionista Republicano" (1888), "A Academia" (1888), "A exposição" (1887-1888) e a revista mensal do Centro Republicano de Pernambuco, "A República" (1887-1888). Foram jornais escritos por intelectuais e ativistas das causas abolicionistas e republicanas. Após a abolição, estes jornais buscaram a integração do negro na sociedade, a sua cidadania e direitos.

Os Jornais Negros Na Ditadura

O período militar de extrema direita reprimiu diversos movimentos sociais através da censura e violência moral e física. O movimento negro foi sobrevivente da manobra do discurso de "democracia racial" propagada pelos militares, que divulgavam para o exterior um Brasil de igualdade, mas que na verdade só reforçava o branqueamento da população (JESUS, 2016).

Neste que foi um dos períodos mais sombrios da política e comunicação brasileira, surgiram importantes jornais com a temática racial que rompiam com a ideologia do branqueamento e propunham novas saídas e meios de denúncia e representação negra, em diversas cidades brasileiras. Podem ser citados:

> SINBA (1977), Africus (1982), Nizinga (1984), no Rio de Janeiro; Jornegro (1978),41 O Saci (1978), Abertura (1978), Vissungo (1979), em São Paulo; Pixaim (1979), em São José dos Campos/SP; Quilombo (1980), em Piracicaba/SP; Nêgo (1981), em Salvador/BA; Tição (1977), no Rio Grande do Sul, além da revista Ébano (1980), em São Paulo. (DOMINGUES, 2007, p.114)

Tição (1976- 1979, figura 1), em Porto Alegre –RS, uma das publicações mais influentes, refletia sobre o racismo em uma época em que era proibido discutir sobre discriminação, debates raciais e étnicos. A editora foi Vera Daisy Barcellos. A capa da primeira edição do jornal trouxe a fotografia de uma criança e manchetes denunciando o racismo e a condição da mulher negra: " Racismo diz presente na escola", " Escurinho: o negro tem que evoluir politicamente"; e " A mulher negra cansou de ser doméstica". A segunda edição trouxe a fotografia de uma oferenda que exalta a religião e as entidades africanas.

Em São Paulo surgia o "Jornegro" (1977, figura 2), publicado pelo Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). A edição nº 12 trouxe em destaque a violência da ditadura, comparada à violência física da escravidão (quando os negros eram açoitados), ilustrando os golpes proferidos pelos militares na repressão. Advindo do movimento estudantil, surge também "Árvore de Palavras", idealizado por José Carlos de Andrade (pseudônimo Jamu Minka), o projeto queria ultrapassar os limites da universidade, a fim de atingir toda a sociedade. No Rio de Janeiro, em 1977, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) e a Sociedade de Intercâmbio Brasil/África (Sinba) lançou um jornal com mesmo nome. "Sinba" circulou até 1980 e se dedicou a divulgar temas africanos, fazendo uma conexão e cobertura dos acontecimentos da África, como por exemplo a questão do *apartheid* e das lutas por independência de alguns países como Moçambique e Nigéria (PEREIRA, 2010).



Figura 1: Capas do Jornal Tição, nesta ordem: nº 1(1978) e nº 2 (1979).

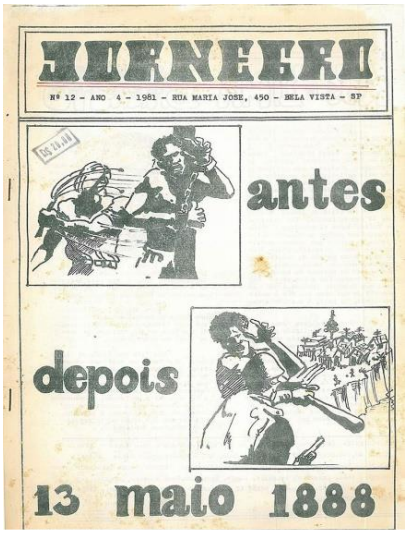


Figura 2: Capa do Jornegro (nº12 - 1981).

O movimento negro esteve presente em outros países e influenciou a causa no Brasil. A exemplo, destacam-se a luta a favor dos direitos civis deste público nos estados Unidos, com Martin Luther King, Malcon X, além dos movimentos pela independência de países africanos, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. No mesmo momento, com a chegada dos anos 90, veio o fim da ditadura brasileira, constitui-se uma nova República e com ela a condição social do negro foi alcançando um expressivo avanço. Outros jornais se estabeleceram nesta nova trajetória da história do país. No cenário paulistano, em 1989, no surge o "Jornal Tribuna Afro Brasileira", ligado às religiões de matriz afro e que ainda permanece em publicação nos dias de hoje. Em 1996 foi a vez de "Raça Brasil', autointitulada Revista do negro brasileiro. Também surgiram a "Revista Black People" (1996), "Negro Cem por Cento" (1998) e "Visual cabelos Crespos" (1997).

As Conquistas Sociais e o Esforço Que Ainda Persiste

Ao longo do tempo houve avanços significativos a nível constitucional e institucional para o público negro. Por terem sido escravizados, não eram considerados como cidadãos e, portanto, foram excluídos da participação política durante muito tempo. No ano de 1881, em decorrência da Lei Saraiva (1881) que impedia o voto do analfabeto (TSE, 2013), a grande maioria do povo negro, que naquele momento era pobre e iletrado,

não podia votar pela sua baixíssima renda e por ser, em muitos casos, analfabeto. Posteriormente essa condição foi mudada e hoje toda a população tem o direito de votar, desde que tenha 18 anos (aos 16 o voto é facultativo).

Em 1951, mais um passo dado: o racismo foi proibido por lei (lei 1390/51), mas a sua aplicabilidade não era eficaz, pois não punia os casos de discriminação. Em 1989, de forma mais severa, passou a ser crime inafiançável pela Constituição de 1988. Além destes, outro âmbito de avanço foi a educação. Com as novas diretrizes da educação básica nacional, determinou-se a inclusão no currículo de ensino o tema de "história e cultura afro-brasileira" (Lei 10639/03). Houve também a implantação de cotas raciais nas Universidades Federais (Lei 12.711/2012), além das cotas em concursos públicos, destinando 20% das vagas para negros autodeclarados (Lei 12990/2014).

Apesar destas conquistas, as lutas permanecem, pois, os índices da população negra no Brasil indicam que esta é a parcela mais afetada pela violência. O Atlas da Violência 2017 (CERQUEIRA et al., 2017), por exemplo, revelou que, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras, sendo principalmente homens, jovens, de baixa escolaridade. Ainda nos deparamos também com casos de racismo, frequentemente vistos nas redes sociais, em estádios de futebol contra jogadores, além do preconceito contra a beleza negra e os cabelos afro. São estigmas a serem combatidos e o movimento negro busca atualmente com seu ativismo romper com esta realidade.

Alma Preta: Um Coletivo Atual Com Lutas Antigas

Observando esta condição do negro muitas vezes associada a violência, alunos da Universidade Estadual Paulista (Unesp) criaram o projeto Alma Preta (AP) que hoje já alcança todo o país. A questão do negro na universidade e as oportunidades de educação foram o incentivo das discussões iniciais do coletivo. Os alunos contam atualmente com o apoio do Núcleo Negro de Pesquisa e Extensão da Unesp.

Em entrevista ao DNA Urbano[4], o Alma Preta explicou que os negros não são representados em sua realidade de classe, raça e gênero pela mídia hegemônica. A grande mídia, portanto, "contribui para reproduzir e ampliar relações de dominação, sustentando as relações assimétricas de poder dos brancos sobre os negros" (ACEVEDO; NOHARA E

[4] Coletivo independente especializado em culturas urbanas.

RAMUSKI, 2010, p.67). Nesta pesquisa, as autoras identificaram que a estigmatização do negro está relacionada a sub-representação de sua condição social e dos papéis estereotipados nas novelas, propagandas e na própria imprensa. LADEIRA (2014) reforça essa análise identificando que os negros são ridicularizados em programas de humor, nos programas policiais são tratados com humilhações e na imprensa em geral encontra obstáculos para pautar temas de causas e reinvindicações negras. "Em suma, mais de trezentos anos após a sua morte, a luta de Zumbi dos Palmares pela verdadeira libertação do negro continua atual" (LADEIRA, 2014). Em uma reportagem escrita por Solon Neto, integrante do AP, mesmo após duzentos anos, o racismo e as diferenças socioeconômicas entre negros e brancos ainda persiste e a mídia insiste em uma idealização da superação das diferenças raciais.

O desafio, portanto, do AP é o de protagonizar o negro e suas causas, encontrando um caminho através da comunicação independente de combater o racismo e exaltar a cultura afro-brasileira:

> O Alma Preta é uma agência de jornalismo especializado na temática racial do Brasil. Em nosso conteúdo você encontra reportagens, coberturas, colunas, análises, produções audiovisuais, ilustrações e divulgação de eventos da comunidade afro-brasileira. Nosso objetivo é construir um novo formato de gestão de processos, pessoas e recursos através do jornalismo qualificado e independente (ALMA PRETA, 2015).

O Alma Preta (figura 3), portanto, representa este esforço de mobilização pela negritude, em busca de uma melhor representação midiática do negro e de suas tradições. Seu principal meio de divulgação é o portal, mas também está presente nas redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e canal no Youtube). Em uma pesquisa realizada pelo próprio coletivo no ano de 2017, o perfil dos leitores do site é expressivamente negro (58,1%) e feminino (51,6%). A maior audiência se concentra na região sudeste (80,2%)[5]. O AP é mantido por assinaturas, financiando pelos leitores, além dos serviços prestados na área de comunicação e design, como assessoria de imprensa e cobertura de eventos até a produção de vídeos e conteúdo gráfico. Outro dado percebido pela pesquisa é de que no mês em que se recorda a Consciência Negra, em novembro, o acesso às reportagens triplica.

[5] Seguido do Nordeste (6,4%), Centro-Oeste e Sul(5,9% cada) e Norte (1,6%). (Fonte: ALMA PRETA, 2017)



Figura 3: página do portal Alma Preta (20 de abril de 2018)

Nas recentes manchetes, pode-se observar o engajamento com denúncias e relatos sobre a violência que o povo negro ainda sofre. Em um país onde há perseguição a quilombolas, e que ainda presencia episódios de racismo e assassinatos de negros, o AP vem se dedicando a não tão somente expor, mas a problematizar estes casos. Não se caracteriza apenas no noticiar o assassinato de alguma personalidade negra (representado na manchete da figura 3), por exemplo, mas de complexificá-la: quantos são os casos? Porque e como ocorreu? Há alguma resposta das investigações? Em todos os 7 casos desta mesma reportagem, as vítimas foram ameaçadas de morte por disputas de terra; por defender o meio ambiente e suas tradições.

O caráter de denúncia está muito presente neste coletivo. Assim, como os antigos jornais negros também prestavam este serviço, o Alma traz a reflexão e o efeito de protesto público em suas reportagens. Para além do papel de justiça, O AP, divulga conteúdos de interesse negro em quatro editorias: **‘**Realidade’**,** **‘**Da Ponte Pra Cá**’,** **‘**Mama África’ e **‘**O Quilombo’. Em ‘Realidade’**,** os temas discutidos são sobre o racismo na cultura, esporte, política e econômica; Em ‘Da ponte Pra Cá’, o foco está nas periferias brasileiras e na violência contra a população negra; A conexão com o continente africano e suas tradições está na seção ‘Mama África’; e em ‘O Quilombo’ é um espaço de opinião dos colaboradores. O conteúdo informativo é divulgado através de entrevistas, reportagens, crônicas, poesias, produções audiovisuais, fotos, charges, quadrinhos, resenhas e artigos

opinativos. O Alma também conta com parcerias de coletivos e órgãos especializados também na temática racial, como Coletivo Negro Carolina de Jesus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Geledés – Instituto da Mulher Negra. O objetivo do AP é além de todas essas características, protagonizar a mulher, trazendo reportagens sobre elas, contando com jornalistas mulheres e promovendo eventos de feminismo negro, contrariando relatos da história da imprensa negra que muitas vezes determinou apenas ao homem suas conquistas.

Conclusão

Olhar para a história da imprensa negra é perceber as lutas deste público em garantir seu espaço comunicativo, seu protagonismo e ao mesmo tempo romper com os estereótipos e as condenações físicas e morais a que são subjugados durante épocas. Através dos registros históricos e das literaturas que se dedicam a manter a memória negra ativa, foi possível descrever algumas das principais iniciativas de jornalismo feito por e para negros, desde o combate à escravidão até os dias de hoje.

Essas produções sinalizam a possibilidade de subverter a ordem vigente, as limitações impostas e a se mobilizar ativamente através da comunicação. Hoje, com a internet, há uma abertura ainda maior no espaço de divulgação e coletivos dedicados a esta temática vão se formando a cada dia. O Alma Preta, referido neste artigo, é uma de muitas outras iniciativas que se firmam no cenário do jornalismo independente brasileiro. O terreno fértil universitário fez nascer este coletivo e os debates alcançam hoje o território vasto que é o ambiente virtual, realizando coberturas sobre assuntos e temáticas negras para além do que a mídia hegemônica realiza. Esse esforço atual, observado especificamente neste coletivo, sinaliza a necessidade de o negro ainda lutar para garantir seu espaço e identidade na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C.R; NOHARA, J; RAMUSKI, C. L. **Relações Raciais na Mídia: um estudo no contexto brasileiro.** Psicologia Política. vol. 10. nº 19. p. 57-73. Jan./ Jun, 2010.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Mapa do Jornalismo Independente**. Disponível em:< https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html>. Acessado em 04 de abril de 2018.

ALMA PRETA. **Mídia Kit 2017.** Disponível em:<https://www.almapreta.com/images/loja/MidiakitALMAPRETA2017.pdf >. Acessado em 02 de abril de 2018.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2017.** Brasília: IPEA, n. 18, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017. Acesso em: 02 de abril de 2018.

DIOGO, Rosália. **Mídia e racismo: ensaios**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

DNA URBANO. **Conheçam o trabalho jornalístico do Alma Preta.** Disponível em: https://dnaurbano.com.br/entrevistas/almapreta. Acessado em 04 de abril de 2018

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo [online]. Vol.12, n.23, p.100-122, 2007.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. Ed. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, Amilcar Araujo. **"O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995).** 268 f. Tese (Doutorado – Departamento de História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, São Paulo, 2010

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** [online]. Disponível em: < https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2507&t=ibge-mapeia-distribuicao-populacao-preta-parda&view=noticia >. Acessado em 09 de abril de 2018.

JESUS, Marize Conceição de. **O regime militar e a questão racial: o interdito**. In: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh – Rio. Instituto Interdisciplinar UFRRJ. Nova Iguaçu, RJ, 2016.

LADEIRA, L. F**. O negro da mídia.** Observatório da Imprensa, 2014. Disponível em: < http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed825_o_negro_na_midia/ >. Acessado em 14 de abril de 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899).** 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História – Departamento de História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROSA, I. C. C. **Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro.** Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 11, p. 555-568, 2014.

RUY, Afonso. **A primeira revolução social brasileira (1798).** 2ª ed São Paulo, 1978 (Brasiliana vol.217).

SANTOS, Leandro José dos. **Escritos negros: nota sobre educação e participação política na imprensa negra de ontem e de hoje**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais. N.14 e 15, p. 99-112, 2010/2011.

SILVA, Leonardo Dantas. **A imprensa e a abolição**. Recife: Fundaj: Editora Massangana, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TSE. **Série Inclusão: a luta dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República**. Disponível em: http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica. Acessado em 05 de abril de 2018**.**

VAN DIJK, Teun A. **Racismo y análisis crítico de los medios**. 1. ed. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997.